



A ANPOF

Histórico da ANPOF

Diretoria

Documentos

Prêmio ANPOF

Programas Associados

Grupos de Trabalho

Comunicação

Todas as comunicações

Boletim

Clipping

Coluna ANPOF

Comunidade

Entrevistas

Fórum de Debate

Notas e Comunicados

Notícias ANPOF

Podcast Anpof

Agenda

Todas as categorias

Concursos e Seleções

Lançamentos de Livros

Lançamentos e Chamadas de Revistas

Eventos

⊕ Submeter Agenda

Publicações

Todas as publicações

Coleção XVIII Encontro Nacional ANPOF (2018)

Coleção XVII Encontro Nacional ANPOF (2017)

Coleção XVI Encontro Nacional ANPOF (2015)

Periódicos

Encontros

Contato



COMUNICAÇÃO

TODAS AS
COMUNICAÇÕES

BOLETIM

CLIPPING

COLUNA ANPOF

COMUNIDADE

ENTREVISTAS

FÓRUM DE DEBATE

NOTAS E
COMUNICADOS

NOTÍCIAS ANPOF

Nota pública da ANPOF contra a substituição de aulas de Filosofia, Sociologia e Artes por Educação Financeira no Paraná

30/12/2020 · Notas e Comunicados

As disciplinas de Filosofia, Sociologia e Artes tiveram suas cargas horárias diminuídas no Ensino Médio da rede pública estadual de ensino no Paraná. A Instrução Normativa Nº 011/2020 da Secretaria do Estado da Educação

do Paraná (SEED), que estabelece nova Matriz Curricular para o Ensino Médio com objetivo de uniformizar os currículos na rede pública estadual de ensino do Paraná, determina a redução da carga horária da Filosofia, Sociologia e Artes. A partir de 2021 haverá 1 hora aula semanal nas três séries do Ensino Médio. Eram 2h semanais até agora.

No mesmo momento que se reduz a carga horária da Filosofia, Sociologia e Artes, há a inclusão da disciplina de Educação Financeira. A SEED/PR justifica que a nova disciplina ensinará os alunos sobre o uso consciente do dinheiro, dos juros do mercado, como organizar o orçamento doméstico e, principalmente, segundo dizem, como não ceder à tentação e a compulsão do consumo.

Muitas escolas públicas do Paraná vinham nas últimas duas décadas na vanguarda do ensino de Filosofia, Sociologia e Artes, pois introduziram essas disciplinas nos currículos antes mesmo da instituição da obrigatoriedade das disciplinas no Ensino Médio. Tal diferencial foi fruto do trabalho de muitas professoras e muitos professores das Universidades Públicas (Estaduais e Federal) e Comunitárias e do Fórum Sul de Filosofia e Sociologia, que haviam demonstrado a importância dos conteúdos e saberes de tais disciplinas para a formação plena, cidadã e crítica dos jovens, como reconhece inclusive a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Vale lembrar que o estado do Paraná conta com cursos de graduação e de pós-graduação de excelência tanto nas áreas de filosofia quanto de sociologia e é a sede do Mestrado Profissional em Rede em Filosofia (PROF-Filo), votado à pesquisa e à investigação de excelência sobre o ensino de filosofia.

Professores, diretores, pais e estudantes secundaristas relataram que não houve consulta ou discussão com a comunidade. Trata-se de uma situação bem diferente do exemplo da recente implantação das Escolas Militares (escolas com dupla administração) em que a comunidade foi consultada e em algumas regiões do Paraná aderiram ao novo modelo de ensino. Outro exemplo que causa espanto é a destituição de Diretores democraticamente eleitos que, apesar da pandemia e da impossibilidade de novas eleições, foram exonerados dos cargos compulsoriamente.

O desmonte da educação pública estadual no Paraná caminha a passos largos. Que a intervenção da sociedade possa reverter esta situação e o Paraná volte a ser vanguarda.

Diretoria da ANPOF



NOTA PÚBLICA SOBRE A REDUÇÃO DA CARGA HORÁRIA DAS DISCIPLINAS DE SOCIOLOGIA, FILOSOFIA E ARTES NO CURRÍCULO ESCOLAR DO PARANÁ

"Scientia sine arte nihil est."
(Construtores do Duomo de Milão, séc. XIX)

No desenvolvimento cultural do indivíduo e de toda a sociedade, a sociologia, a filosofia, as artes e outras humanidades exercem papel preponderante, já que constituem importantes campos do saber, cujo ensino é capaz de propor e ampliar a leitura de mundo aos alunos.

Por essa razão, a Academia Mourãoense de Letras (AML) manifesta sua apreensão quanto à redução da carga horária das disciplinas de Sociologia, Filosofia e Artes na grade curricular das unidades escolares da rede estadual de ensino, por parte da Secretaria de Educação e Esportes do Governo do Estado do Paraná, por meio da Instrução Normativa Conjunta Nº 11/2020, de 16 de dezembro de 2020, sem amplas e devidas discussões.

A AML, vocacionada regimental e estatutariamente a colaborar no incremento sociocultural do Paraná, considera que a hierarquização de disciplinas, sem a prévia interlocução com pesquisadores em educação e com educadores, pode gerar resultados desfavoráveis.

Campo Mourão, 9 de janeiro de 2021.

Fábio Sexugi
Presidente



artesociofilopr



Instagram

Pesquisar

**pet.filosofia.unicentro** • Seguir

Paraná

**pet.filosofia.unicentro** NOTA DE REPÚDIO

Os docentes do Departamento de Filosofia da Universidade do Centro-Oeste (Unicentro/PR) vêm a público repudiar a Instrução normativa 011/2020 do Governo do Estado do Paraná que impõe a diminuição da carga horária das disciplinas de



Curtido por artesociofilopr e outras 68 pessoas

23 DE DEZEMBRO DE 2020

Adicione um comentário...

Publicar

Mais publicações de pet.filosofia.unicentro



[Início](#) / [Brasil](#)

Ratinho Jr. reduz número de aulas de sociologia, filosofia e artes em escolas públicas

Governador do Paraná, aliado de Bolsonaro, planeja preencher parte da grade horária com aulas de educação financeira. Professores temem demissões

Por [Lúisa Fragão](#) 23 dez 2020 - 10:18



Foto: Rodrigo Félix Leal/AN-PR

O governo do Paraná, sob comando de Ratinho Jr. (PSD), anunciou neste mês uma mudança na matriz curricular do ensino médio para as escolas públicas a partir de 2021. Uma das mudanças previstas é a diminuição de carga horária de disciplinas como Sociologia, Filosofia e Artes.

A matriz curricular atual para a rede pública do estado garante ao menos duas aulas por semana de Sociologia e Filosofia nas escolas. Com a redução de carga horária, segundo informações da pasta, o governo prevê a criação de novas disciplinas e ampliação do ensino de algumas que já existem.

O objetivo da mudança, segundo o governo, é equiparar as matrizes curriculares de todas as escolas do estado.

Entre as alterações previstas, está a garantia de quatro aulas semanais de Língua Portuguesa e três de Matemática, o que hoje não acontece em toda a rede estadual. O governo também prevê a criação de novas disciplinas, como de Educação Financeira.

Você pode gostar

Links promovidos por taboola

Newsletter Fórum

Nome

E-mail

[Inscrever](#)

Últimas Notícias

[Leia mais](#)

Polêmica na Argentina: Alberto Fernández, Clarín e a “revolução” kirchnerista



Hospital fecha alas de pediatria e oftalmologia após corte de R\$ 8,7 milhões da saúde por Doria



Bolsonaro é comparado a Sujismundo, personagem da ditadura que não queria se vacinar

Pelo segundo ano, Bolsonaro não dá aumento real para aposentados e pensionistas

Inconformado com separação, ex-marido coloca fogo na casa e é preso

Sair da versão mobile

Redução da carga horária de Sociologia: entre ignorância e perversidade



Cristiano Bodart

3 semanas atrás

Redução não!

Pela manutenção das aulas de
Sociologia no ensino médio

Redução da carga-horária de Sociologia: entre ignorância e perversidade

Por Cristiano Bodart



Cristiano Bodart é doutor em Sociologia (USP) e pesquisador do tema ensino de Sociologia.

Quando tomamos conhecimento de que os Secretários de Educação dos estados do Paraná e do Espírito Santo deram encaminhamento a um “projeto” de redução da carga horária de Sociologia (e outras disciplinas igualmente importantes), uma questão suscitamos: trata-se de ignorância ou de projeto político ideológico que visa minar qualquer ação progressista?

O secretário de Educação do Espírito Santo, Vitor Angelo, é graduado em História e doutor

em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Já o secretário de Educação do Paraná, Renato Feder, é graduado em Administração pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e mestre em Economia pela Universidade de São Paulo (USP). As suas titulações deram-se em instituições reconhecidas pelo rigor científico. Contudo, vale lembrar que nem todos os(as) estudantes absorvem o que de melhor há nas instituições por onde passam. Talvez seja o caso dos referidos secretários. Em outros termos: ou os secretários não se apropriaram do *habitus academicus*, ou estão sendo movidos pelos ventos ideológicos conservadores da extrema-direita. Ou, é uma questão de desconhecimento ou uma ação perversa contra espaços progressistas que visam um mundo mais justo aos menos favorecidos, ou que criam espaços de inclusão dos que historicamente não tiveram vez e voz.

Partindo da dúvida, recomendo aos secretários estaduais que estudem o tema, observando o que a academia vem produzindo sobre o ensino de Sociologia (isso vale para Artes e Filosofia). Reacendam o *habitus academicus* de vocês, ainda que seja, no momento, como pavios que fumegam. Administrem a Educação com a razão e não com o fígado.

Num contexto de ampliação da carga horária total do ensino médio, como justificar a redução de carga horária de Sociologia? Esperamos o oposto, que seja ampliada! Poderíamos citar algumas pesquisas que evidenciam a importância do ensino de Sociologia. Eu mesmo acabo de publicar uma pesquisa cujos dados apontam que os(as)estudantes vêm reconhecendo a importância da Sociologia para suas vidas cotidianas e para suas futuras vidas no mercado de trabalho. Ver artigo sobre isso [AQUI](#)

Qualquer pesquisador do tema ensino de Sociologia reitera a importância da disciplina no ensino básico, inclusive para alcançar os objetivos traçados pela LDB (1996) e pela BNCC (2018). Ver artigo sobre isso [AQUI](#)

Carga horária reduzida não só privará os estudantes e as estudantes do acesso ao conhecimento do mundo e de si mesmo, como também gerará impactos igualmente perversos sobre os professores e professoras. Ver sobre isso [AQUI](#)

Deixo registrado aqui um apelo: pautem suas escolhas e ações na ciência. Busquem conhecer os debates no interior dos campos educacional e sociológico, assim compreenderão que reduzir a carga horária de Sociologia é desperdiçar um potencial colaborativo que a disciplina vem demonstrando nos últimos anos, ainda que em meio à todos os problemas existentes nas escolas públicas e na educação brasileira em geral.

Negacionismo vindo de um doutor em Ciências Sociais e de um mestre em Economia é algo que não esperávamos.

Não deixe o pavio que fumege (se é que ainda fumege) apagar. Não optem por ficar na escuridão da ignorância. De outra forma, apagar-se-ão seus nomes da história da Educação do Espírito Santo e do Paraná, pois certamente teremos vergonha deles ao olhar no retrovisor da história (e da História). Ao menos, Vitor Angelo deve saber que a História é implacável.

Compartilhe:



Relacionado

[Por que a Sociologia é perigosa?](#)

maio 24, 2019

Em "Discussões sobre a realidade social"

[Saiba a diferença entre recursos didáticos e estratégias didáticas e torne as aulas mais interessantes](#)

maio 28, 2018

Em "Apoio Didático"

[Sociologia do conflito e Sociologia da acomodação: introdução à teoria sociológica](#)

outubro 28, 2020

Em "Conceitos Sociológicos"

Categorias: [Discussões sobre a realidade social](#)

Tags: [O Ensino de Sociologia](#)

Deixar um comentário

VIZINHANÇA

12 jan 2021 - 23h26

Redução de Humanas no currículo escolar afeta liberdade crítica dos estudantes

Compreender o mundo, debater e argumentar são competências indispensáveis para cidadania, defendem educadores

Por **Angieli Maros**



Símbolo do Ensino Médio do Paraná, Colégio Estadual do Paraná tem busto em homenagem a Dario Vellozo, importante filósofo do Estado. Foto: CEP/ Arquivo



O Plural utiliza cookies. Ao utilizar este site você concorda com nossa [Política de Privacidade](#) e o uso que fazemos de cookies para melhorar sua experiência como usuário.

Entendi

A decisão do governo Ratinho Jr. (PSD) de reduzir a carga horária das **disciplinas da área de Humanas – Filosofia, Sociologia e Artes** – nas escolas estaduais do Paraná acumula repercussões. Desde que a mudança foi anunciada, no dia 21 de dezembro, professores, alunos, pesquisadores e entidades se **mobilizam contra a nova matriz**. Entre os argumentos defendidos está a falta de debate, transparência e justificativa plausível para a composição do novo currículo, que reduziria as chances de uma melhor compreensão e argumentação social, afetando a liberdade crítica dos estudantes da Rede Pública de Educação.

SAIBA MAIS

- [Ratinho convoca deputados para mudar às pressas lei que militariza colégios](#)

Em comum, os especialistas afirmam que a nova disposição curricular vai enfraquecer a qualidade do Ensino Público, prejudicar estudantes em exames de seleção e vestibulares – especialmente em universidades públicas – e impactar a rotina e o emprego dos docentes das disciplinas com oferta reduzida.

“O ensino da Filosofia, combinando análise de questões filosóficas tradicionais com a visitação aos textos de uma tradição que, remontando à Grécia antiga, chega a discussões contemporâneas, familiariza os educandos a debater pontos de vista diferentes dos seus. Isso **habilita-os ao debate argumentativo, à aceitação da controvérsia, à prática de fundamentar em argumentos opiniões de toda ordem**, competências que são indispensáveis ao exercício da cidadania numa sociedade pluralista e democrática”, diz um trecho da carta assinada pelos professores do Departamento de Filosofia da UFPR.

“Em Artes, além de História da Arte, ou seja, o acesso à Cultura, os estudantes têm as práticas e técnicas artísticas que **desenvolvem a criatividade e sensibilidade do estudante**. A Arte está em praticamente tudo, desde a embalagem do mercado da esquina até as grandes obras. Como seria um mundo sem Música, sem Cinema, sem Literatura?”, indaga o Coletivo de Humanidades.

O documento encaminhado nesta quinta-feira (7) à Secretaria de Educação e Esportes pelos Departamentos de Sociologia, Antropologia e Ciência Política da UFPR destaca que as **modificações acarretam uma perda imediata do perfil integrador** proposto pelos projetos pedagógicos das escolas, “essencialmente interdisciplinares”; uma **fragmentação das disciplinas**, reduzindo tempos de integração, socialização e sensibilização que **afeta o fomento à autonomia e à liberdade crítica dos estudantes**; e, também, retoma a “**construção de hierarquias entre áreas de conhecimento** é uma prática historicamente fracassada na educação global”.

“Ainda que a SEED não reconheça – até porque parece desconhecer a realidade pedagógica das escolas – há uma integração orgânica dos conteúdos de Sociologia e Língua e Literatura

Portuguesa, bem como de Filosofia e Matemática. Logo, a redução de carga horária afetará

negativamente na assimilação das demais disciplinas”, afirmam docentes e pesquisadores na carta.

Tanto alunos como professores também têm alertado para o impacto mais imediato: uma possível **desvantagem dos estudantes das escolas públicas em processos seletivos para ingresso nas universidades** do país. A UFPR – o maior e mais importante vestibular do Estado – cobra conteúdos específicos de Sociologia e Filosofia para os cursos de Ciências Sociais, Filosofia, Psicologia e Direito. O Enem também cobra componentes curriculares destas disciplinas na prova de Ciências Humanas e suas Tecnologias.

“Os vestibulares, concursos e Enem não deixarão de cobrar essas áreas em suas provas. Isso privilegia de forma direta os estudantes que não deixarão de ter esses conteúdos, principalmente das escolas privadas que sempre mantiveram essas áreas, inclusive no Ensino Fundamental”, ressalta o Coletivo de Humanidades.

Para o grupo, a formulação da nova matriz curricular ocorreu em molde “ditatorial”.

Professores e alunos questionam o fato de o governo não ter chamado a comunidade escolar para opinar sobre as propostas. “Nenhuma alteração feita na Educação pelo governo de Ratinho Jr teve algum tipo de debate com a comunidade escolar. Essa foi mais uma. O governo não escuta estudantes e professores, na prática, ele não se preocupa com quem está na sala de aula, no dia a dia das escolas”, afirma o grupo.

Novas áreas do saber

Alertas já foram encaminhados ao Ministério Público (MPPR) e à Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), onde deputados da oposição não descartam pedir uma revogação da mudança – instituída por meio da Instrução Normativa Conjunta 11/2020. O texto foi assinado no dia 18 de dezembro, mas o site da Seed só deu visibilidade à nova matriz quatro dias depois.

Amparadas pela Lei da Reforma do Ensino Médio, sancionada pelo ex-presidente Michel Temer (MDB), as alterações seguem como referencial à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de 2018, que **descaracteriza Artes, Educação Física, Filosofia e Sociologia como áreas do saber**, coloca Português e Matemática como as únicas disciplinas obrigatórias em Rede Nacional e concede autonomia aos Estados para adequar o restante de seus currículos, de acordo com a realidade de cada região.



Aula de Música/Artes em colégio estadual de Curitiba. Foto: Hedeson Alves/Seed

Em todo o Brasil, pelo menos 17 Estados trabalham para conformar seus currículos escolares às premissas da **Lei da Reforma do Ensino Médio e da BNCC**, mostram indicadores do Movimento Pela Base, que defende a implementação deste novo padrão de ensino.

No Paraná, a alteração chegou com a justificativa de unificar o currículo da Rede Estadual e aumentar as chances de desempenho dos estudantes em exames nacionais, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Foram estabelecidas, assim, quatro aulas semanais de Português, três de Matemática e a inclusão de aulas de **Educação Financeira**. Para fechar o arranjo, o trio de **Humanas** passará de duas para uma hora semanal em cada um dos três anos do Ensino Médio. Autoridades das áreas, no entanto, contestam a eficácia do método.

“Não me parece, e podemos comprovar isso futuramente, que [a mudança] vai melhorar as métricas educacionais, pelo contrário. O Português e a Matemática, por si só, são importantes e a gente nem questiona isso. Mas, para compreender um enunciado, um problema, é preciso que você tenha uma visão ampla e quem te dá essa visão são as Humanidades de forma geral. É um trabalho em conjunto”, replica Marisete Horochovski, doutora em Sociologia e professora do curso de Ciências Sociais e do Mestrado Profissional em Sociologia da UFPR. “Temos que pensar para quem interessa esse retrocesso”, questiona.

A decisão da pasta do [secretário Renato Feder](#) – que chegou a ser cotado para assumir o Ministério da Educação do governo Jair Bolsonaro, em 220 – vem repercutindo desde que chegou ao conhecimento público.

Manifestações contrárias

No dia 30 de dezembro, a **Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (Anpof)** soltou uma [nota de repúdio](#) em que coloca o novo modelo, ao lado da recente [militarização de 186 escolas paranaenses](#), como parte de um desmonte da Educação Pública estadual.

No mesmo dia, o **Departamento de Filosofia da UFPR** endereçou ao MPPR uma carta em que

O Plural utiliza cookies. Ao utilizar este site você concorda com nossa [Política de Privacidade](#) e o uso que fazemos de cookies para melhorar sua experiência como usuário.

Entendi

(acesse a carta completa no fim do texto).

E, nesta quinta (7), docentes e pesquisadores dos **Departamentos de Sociologia, Antropologia e Ciência Política, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Mestrado Profissional em Sociologia da UFPR** assinaram uma carta conjunta, enviada a Feder, em que pedem explicações sobre a modificação da estrutura curricular adotada (acesse a carta completa no fim do texto).

O **Coletivo de Humanidades**, formado por docentes e estudantes de Artes, Filosofia e Sociologia da Rede Estadual, também voltou a se reunir para discutir o assunto. O grupo passou a fazer reuniões semanais para costurar frentes de mobilizações e busca engajamento de entidades e parlamentares para tentar reverter a nova distribuição de disciplinas.

Na Alep

Apesar do recesso parlamentar, a discussão já começou na Alep. Na última terça-feira (5), deputados da oposição levaram os questionamentos ao secretário-chefe da Casa Civil do Executivo, Guto Silva. De acordo com o líder da oposição na Casa, deputado Professor Lemos (PT), há indícios de que a conversa pode repercutir e ampliar o debate. “Entendo que é de fundamental importância esse assunto e que **o governo precisa revogar** e restabelecer, no mínimo, a matriz que já estava implementada”, disse o deputado ao *Plural*.

Segundo o parlamentar, as prerrogativas trazidas pela Instrução Normativa aumentam o poder de determinação da Seed, uma vez que encolhem o direito que as comunidades escolares têm de formatarem suas matrizes curriculares. Um exemplo imediato, diz ele, é a **redução de 30 para 25 aulas na matriz até então vigente no Colégio Estadual do Paraná (CEP)**. Maior colégio da Rede Pública, o CEP abriga logo na entrada um busto em homenagem a um de seus professores pioneiro, o educador Dario Vellozo, que também foi um importante nome paranaense nos estudos da Filosofia.

“No Paraná, se você quiser, enquanto governo, fazer uma matriz curricular maior do que 25 aulas por semana você pode. **Você não precisa diminuir disciplinas de Filosofia, Sociologia e Artes para ampliar o número de aulas de outras disciplinas** ou até introduzir novas disciplinas”, argumenta o deputado. “Você quer uma escolar para formar quem? O governador gostaria de formar os filhos dele nessa escola com o currículo empobrecido? Garanto que nenhum pai, nenhuma mãe quer isso.”

Professores

Conforme Hermes Leão, presidente da APP-Sindicato, que representa os docentes da Rede Pública estadual, a entidade chegou a requisitar reuniões com a Seed antes de pasta bater o martelo a respeito da nova composição da matriz curricular. O pedido foi feito durante a tramitação do controverso processo para militarizar das escolas estaduais – já que a nova grade agora se assemelha ao conjunto de disciplinas que será ofertado nestas unidades.

“No dia 4 de novembro, quando fizemos um ato público por conta de pautas dos professores, levamos esse tema ao secretário, dissemos que se tratava de um debate longo e que não era simplesmente recuar a um tempo anterior em que determinadas disciplinas tinham uma única aula por semana. Ele disse que tinha como fazer esse debate e ficou agora para janeiro a

Mas, em dezembro, soltaram este ‘presente’”, relata o presidente da APP.

A entidade se prepara para acompanhar a situação dos professores que podem ser afetados com as mudanças determinadas. “Retomar esta prática de uma aula por semana **implica em dobrar o número de estudantes a serem atendidos por cada professor**, dobrar, inclusive, o número de escola, porque é impossível pegar uma única escola”, observa o sindicalista.

“Consequentemente, **é impossível fazer um trabalho de qualidade porque se trata de uma condição desumana**. Assim, professores que trabalham em duas escolas para cumprir suas horas mínimas, o que a gente entende que é o máximo de escolas que dá, acabarão tendo que dobrar o número de unidades. Isso não faz o menor sentido, nem do ponto de vista organizativo, da vida dos professores, nem do ponto de vista da aprendizagem dos estudantes”, avalia Leão.



Ensino Médio terá redução de uma aula semanal de Humanas. Foto: Seed/AEN

Levantamento do Coletivo de Humanidades – que tem professores em sua composição – diz que a carga dobrada dos docentes representará cerca de 1,2 mil alunos por semana, no mínimo 3,4 mil atividades para preparar, com a correção de 30 registros de classe semanais em quatro ou cinco escolas diferentes em municípios distantes.

Além disso, a redução da oferta de disciplinas deverá afetar milhares de professores contratados via regime Processo Seletivo Simplificado (PSS). Sob este modelo, segundo o Coletivo, há hoje 1.846 docentes de Filosofia; 2.032 de Sociologia e 3.770 de Artes.

Para o grupo, a nova grade curricular a que os alunos da Rede Estadual serão submetidos a partir de 2021 **não tem a ver com uma decisão técnica, mas, sim política**. “Há em todas essas mudanças um verniz de modernização, mas na prática é a velha receita de caça às bruxas. A aparência de uma Educação moderna nada mais é do que a retirada de uma Educação Humana voltada para o desenvolvimento social e a fabricação de um currículo defasado que visa preparar as futuras gerações para o subemprego”, avalia o coletivo.

“Calibragem na carga horária”

Em entrevista ao *Plural*, o diretor de Educação da Secretaria Estadual de Educação (Seed), Roni Miranda, contesta um suposto menosprezo da pasta em relação às disciplinas de Humanas e diz que o novo currículo é **uma forma de equiparar o peso das áreas estudadas e garantir mais chances de emprego** aos egressos da Rede Pública.

Segundo ele, com a nova proposta, o Estado vai garantir a oferta de todas as disciplinas da grade em todas as séries, como já ocorre com as etapas finais do Ensino Fundamental, sob responsabilidade da Seed.

“Os estudos da secretaria, da equipe técnica, da equipe de currículo e de formação de professores mostram, através de comprovação, que para a gestão de Rede uma matriz única traz um trabalho mais de Rede, pensando na aprendizagem do estudante e na organização, desde formação de professores e até mesmo para a movimentação do estudante”, coloca.

Sobre os estudos que embasaram a decisão, o diretor disse que se trata, na verdade, de um levantamento interno que analisou a quantidade de disciplinas distribuídas por áreas, o que indicou a necessidade de uma **“calibragem de carga horária”, já que conteúdo de Humanas ocupava maior peso no currículo.**

“A gente fez um levantamento de áreas de Exatas e de Humanas. Eu tenho duas aulas de História, que é de Humanas, duas de Geografia, que é Humanas, duas de Sociologia, que é Humanas, e uma de Filosofia, que é Humanas, e mais Língua Portuguesa, que o currículo trabalha muito com análise de texto, de texto de gênero, de argumentação, e introduz bastante do aspecto do senso crítico, que é a base das Ciências Humanas. Então, a gente equiparou por áreas, como traz essa proposta do novo Ensino Médio”, explica o diretor da Seed.

De acordo com a pasta, **os debates se concentraram nos setores internos da secretaria e não se expandiram para a comunidade escolar porque isso “dificultaria chegar a uma conclusão”.**

“Porque se eu coloco a pauta, cada setor vai fazer a defesa de seu segmento e isso dificulta muito”, afirmou Miranda, que entende não haver nenhuma irregularidade na nova matriz. “A lei me diz que eu tenho que ofertar essas disciplinas [Sociologia, Filosofia e Artes], mas não me diz a carga mínima.”

Ainda segundo o diretor, a Seed estudava ampliar em 2020 a carga horária do Ensino Médio, mas a pandemia e a baixa arrecadação do governo adiaram os planos. Agora, afirma a pasta, o aumento de horas a serem cumpridas será implementado em 2022, quando o Estado pretende colocar em prática as regras do novo Ensino Médio.

Como especifica o projeto nacional, **a proposta não prevê, contudo, o aumento da oferta das disciplinas tradicionais**, mas uma reelaboração de oferta de conteúdos em áreas “escolhidas” pelos próprios alunos.

Foco no emprego

Apesar de dizer que reconhece a relevância dos conteúdos de Sociologia, Filosofia e Artes para

consideração um estudo interno da pasta que teria indicado como **maior preocupação dos alunos o emprego, e não o vestibular.**

“Infelizmente, a absorção dos nossos estudantes no Ensino Superior é em torno de 20%. Acaba que esse aluno tem que ser preparado no Ensino Médio para ele ter um acesso na sua vida imediata”, defende o diretor da Seed, Roni Miranda. “A gente sabe dessa necessidade de ampliação de vagas nas universidades, mas a nossa responsabilidade é com o aluno do Ensino Médio. E [quem não tem acesso às universidades] precisa continuar sua vida. É **responsabilidade do Estado preparar ela para que, por seus meios, consiga acessar uma universidade privada, outras fontes de acesso, como o Prouni, o Sisu ou o Fies.**”

Quanto aos professores, a Seed afirma que nenhum profissional concursado será desligado e que, **para evitar a dispersão de locais de trabalho, aos docentes será dada a possibilidade de:** integrar o corpo de professores de projetos em contraturno, ministrar disciplinas de Religião e, nas escolas cívico-militares, trabalhar com conteúdos de cidadania e civismo.

Leia aqui as cartas elaboradas por docentes e pesquisadores da UFPR

[CARTA-ABERTA-AO-GOVERNO-DO-PARANA-07-01-CIENCIAS-SOCIAIS](#) [Baixar](#)

[CARTA-ABERTA-AO-GOVERNO-DO-PARANA-FILOSOFIA-1](#) [Baixar](#)



Angieli Maros - Angieli Maros é jornalista. Graduada pela UFSC e mestra em Comunicação Social pela UFPR, foi absorvida pela intensa e excitante rotina do Jornalismo diário das redações de impresso e digital. Passou por áreas de Saúde, Cultura e Cidades. Crê que o Jornalismo Plural não é formador, mas transformador.

Um comentário sobre “Redução de Humanas no currículo escolar afeta liberdade crítica dos estudantes”

1. **Alysson Ramos Artuso** disse:

[13 de janeiro de 2021 às 13:56](#)

A luta pela alteração da matriz é totalmente legítima e pertinente. Mas

mesmo se não provocar reversões, há um senso de resistência a ser

O Plural utiliza cookies. Ao utilizar este site você concorda com nossa [Política de Privacidade](#) e o uso que fazemos de cookies para melhorar sua experiência como usuário.

[Entendi](#)

considerado: quem ministrará a disciplina de educação financeira. A normativa estadual não estabelece nada e, sendo Economia, Administração e Contabilidade campos do conhecimento que pertencem à grande área de Sociais Aplicadas, essa disciplina deveria ficar a cargo justamente de docentes da área de Humanidades e Sociais Aplicadas: História, Geografia, Filosofia e Sociologia. São os mais indicados para tratar de diferentes visões e correntes econômicas, papéis das pessoas no orçamento doméstico, relações de produção e consumo, indústria cultural, capitalismo financeiro, papel da publicidade no mercado, empreendedorismo social, cooperativismo, associativismo, economia solidária, uberização, etc. São todos conteúdos ministrados nas disciplinas de História, Geografia, Filosofia e Sociologia que podem migrar para a nova disciplina de modo a manter a atual carga horária docente e os conteúdos relativos a essa área. Uma pessoa que se licenciou em Geografia, por exemplo, aprendeu e debateu infinitamente mais sobre economia e finanças do que quem se licenciou em Matemática, que não cursou nenhuma disciplina que fizesse simples menção ao assunto em sua graduação.



ASSOCIE-SE

- [a sociedade](#)
- [COMITÊS](#)
- [SBS Memória](#)
- [Prêmios e Concursos](#)
- [congressos](#)
- [publicações](#)
- [Sociólogas Brasileiras](#)
- [SBS Mídia](#)
- [associado](#)

06/01/2021

"SOCIOLOGIA, FILOSOFIA E ARTES NAS ESCOLAS: PRECISAMOS MAIS, Não MENOS", POR SIMONE MEUCCI AO PLURAL.



*Por Simone Meucci**

Mãteria originalmente publicada pelo [Jornal Plural Curitiba](#)

A Secretaria de Educação e Esportes do Paraná (SEED) publicou, no dia 22 de dezembro, a Instrução Normativa Conjunta nº 11/2020, documento que unifica e fixa mudanças na matriz curricular do Ensino Médio para as escolas do estado a partir do ano letivo de 2021. Com isso, o governo do Paraná adere – gozando da flexibilidade inédita admitida – à controversa legislação federal (especialmente ao que ficou estabelecido na lei nº 13.415/2017 Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio).

De acordo com o comunicado no site da SEED, as mudanças curriculares visam garantir, em toda a rede, tempo necessário para o aprofundamento dos conteúdos das disciplinas de Português e Matemática (para as quais foram estabelecidas quatro e três aulas semanais, respectivamente). Permitem ainda acrescentar, à parte diversificada da matriz curricular, uma nova disciplina: Educação Financeira. Segundo as palavras do Diretor de Educação da SEED, Roni Miranda, com a implementação deste novo componente curricular (que terá uma hora semanal nos três anos do Ensino Médio), o aluno aprenderá os diferentes tipos de juros existentes no mercado, como organizar as contas da casa e como não ceder à tentação do consumo compulsivo ou de impulso.

No entanto, assegurar o domínio de Português, Matemática e a inclusão da Educação Financeira levou à subtração de metade da carga horária das disciplinas de Sociologia e Filosofia. Cada uma terá agora (como também Artes) apenas uma hora semanal em cada ano do Ensino Médio.

Esta notícia atormentou o recesso de fim de ano de docentes do estado do Paraná, bastante exaustos pelo trabalho remoto e pela luta sem tréguas em defesa da dignidade da carreira. Abalou sobretudo professoras/es das disciplinas afetadas, para quem a redução da carga horária resultará em demissão (em caso de contrato provisório) ou em piora afrontosa das condições de trabalho (no caso de servidor/a permanente).

Imaginemos aqui um exemplo de impacto sobre a distribuição de aulas entre docentes permanentes: uma professora de Sociologia concursada, com padrão de 40 horas semanais, que antes completava sua carga horária mínima de sala de aula (30 horas semanais) em três escolas (dedicando-se a cinco turmas em cada uma delas), terá agora que, forçosamente, procurar por mais 15 turmas em outras unidades escolares. Se considerarmos (na melhor das hipóteses) que em cada nova escola a/o docente conseguirá um número equivalente de turmas, a partir de 2021, precisará ministrar aulas em seis diferentes locais de trabalho, duplicando também o número de estudantes. Isso significa maior deslocamento entre regiões da cidade, menos tempo para o preparo das aulas, mais provas e trabalhos para corrigir, maior complexidade para gerir e se adaptar às regras e especificidades das diferentes comunidades escolares.

Quando for possível (e isso é recomendado no site da SEED), docentes permanentes de Sociologia, Filosofia e Artes assumirão outras disciplinas afins, sobre as quais terão pouca experiência e pouca profundidade (ainda que tenham cursado licenciatura ou especialização à distância e em tempo recorde para permitir a habilitação).

Em resumo, as/os professoras/es destas disciplinas estarão (de maneira ainda mais severa do que outras/os docentes) impedidos de trabalhar dignamente e de estudar com maior densidade métodos e conteúdos para que possam realizar, com competência, os propósitos de seu ofício.

Causando prejuízo ao trabalho dos docentes, a redução da carga horária de Sociologia, Filosofia e Artes impedirá, também, o desenvolvimento do extraordinário potencial destas áreas de conhecimento para a formação das/os estudantes.

A propósito, é muito significativo que estas três disciplinas tenham sido tão negativamente afetadas pelas escolhas do Governo. Sabemos que a definição do currículo escolar é um campo de disputa de áreas disciplinares, cuja seleção expressa conhecimentos e experiências que consideramos (in)dispensáveis às crianças e jovens. Seu delineamento diz muito acerca dos valores com os quais pavimentamos os caminhos para o futuro.

Em particular na etapa final da Educação Básica do sistema público de ensino de um país como o Brasil, a definição da matriz curricular determina o repertório de conteúdos intelectuais e de recursos cognitivos que orientará juízos e modos de agir de uma parte significativa da população jovem que sequer avançará nos níveis mais elevados de formação. É, pois, sabido que a passagem de estudantes do Ensino Médio para os cursos superiores no Brasil está muito abaixo dos níveis internacionais, ficando sempre um pouco acima dos 20%, segundo dados do IBGE. Ou seja, o Ensino Médio não é, para a grande maioria dos que chegam ao seu fim, uma passagem para etapa subsequente da formação educacional formal, mas seu encerramento.

Ao impor, no Ensino Médio, a redução dos conteúdos de Sociologia, Filosofia e Artes, o Governo do Paraná restringe ao mínimo a possibilidade de que jovens, na etapa final de sua formação escolar, exercitem a capacidade de refletir mais profundamente acerca das formas de representação científica, filosófica e artística das relações humanas.

Estas três disciplinas compõem, junto com História e Geografia, um acervo de recursos cognitivos a partir dos quais é possível pensar a vida humana da perspectiva dos condicionamentos sociais, éticos e estéticos, não apenas segundo variações no tempo e no espaço, senão também como determinantes da definição da temporalidade e da espacialidade e dos contornos com os quais se delineiam, coletiva e subjetivamente, memórias e lugares. Nesse sentido, oferecem ferramentas com as quais será possível perceber fundamentos dos discursos sobre o mundo e a vida. Permitem, afinal, o desenvolvimento de uma das faculdades humanas mais espetaculares que é a de pensar o pensamento.

Em uma sociedade complexa como a atual, em que várias formas de representação do mundo coexistem, deste gênero de reflexão dependerá a consciência racionalizada com a qual se realiza a própria artesanaria de si. A capacidade de reconhecer e compreender fundamentos de discursos divergentes é um imperativo para viver com lucidez os processos de individualização e socialização da contemporaneidade, cada vez mais sofisticados e exigentes.

Portanto é falso o argumento de que Português, Matemática e Educação Financeira são mais necessários do que Sociologia, Filosofia e Artes. Menos verdadeiro ainda é dizer que o ensino das Humanidades subtrai tempo do aprendizado da língua e do cálculo. Estes são argumentos que se assentam sobre duas ideias errôneas: a de que conhecimentos sociológicos, filosóficos e artísticos são inúteis; e de que competências para a escrita, comunicação e raciocínio lógico-matemático só se desenvolvem nos limites estabelecidos pelas disciplinas Português e Matemática.

Evidência da falsidade destas ideias são as experiências das melhores escolas públicas e privadas em todo o mundo (e no Brasil também) que nos mostram que habilidades para se comunicar e calcular são mais consistentemente desenvolvidas quanto mais diversificado e complexo é o acervo de conteúdos aos quais estudantes têm acesso. Afinal de contas como dominar regras da norma culta da língua se não há o que dizer nem escrever? Ou como elaborar cálculos abstratos com precisão sem reconhecer a linguagem matemática como uma forma de objetivação quantitativa de fatos e comportamentos?

Quero, em síntese, dizer que as disciplinas que estão sendo diminuídas – Sociologia, Filosofia e Artes – são aquelas que, ironicamente, têm mais condições de emprestar sentido máximo aos atos de escrever, falar, calcular; aos atos de comunicar e compreender. Fornecem aquilo que o sociólogo francês Bernard Lahire chama de riqueza léxica, ou seja, possibilitam, através de seus conteúdos, o desenvolvimento da capacidade de descrever, nomear, discriminar e relacionar fenômenos e sensações – ações elementares para o processo de se expressar e conhecer o mundo e a si mesmo.

Em relação à Educação Financeira o meu argumento prossegue na mesma direção. Não seria preciso limitar a esta disciplina a discussão sobre juros e consumo. Nem sei se seria mesmo necessária, considerando que aulas de Matemática poderiam comportar reflexões sobre as modalidades de juros existentes no mercado financeiro e seus respectivos cálculos. Quanto à reflexão sobre consumo, isso já tem sido feito pela Sociologia e Filosofia, e de forma intelectualmente mais rigorosa.

Mas aí tocamos em área bastante sensível que possivelmente explica o desdém do governo em relação a estes campos de conhecimento: é que a Sociologia e a Filosofia realizam a problematização do consumo sob perspectivas mais sistemáticas que não permitem dissociar a crítica ao consumo da crítica às relações de produção.

Com efeito, essa visão radical é própria do verdadeiro conhecimento. É necessário, por isso, recusar a redução, na grade curricular, do espaço de conhecimentos consolidados, em nome de supostos saberes escolares que não são nada além de um conjunto de postulados normativos ora assemelhados aos livros de autoajuda financeira, ora aos manuais de conduta cívica ou às cartilhas de doutrina moral.

E nada está mais distante das nossas necessidades intelectuais e existenciais mais urgentes. Não podemos esquecer que somos habitantes de um mundo em transe e que testemunhamos o esgotamento e a ineficácia estrutural de soluções modernas. Na condição de seres de transição (o termo é do sociólogo Sérgio Abranches), precisaremos gestar novas formas de realizar a vida.

Em síntese, ao meu ver, quando se retira horas destas disciplinas, reduz-se a oferta de ferramentas imprescindíveis com os quais jovens poderão enfrentar de modo mais consciente os dilemas da carreira escolar e profissional, os desafios emocionais relativos ao processo extremado de individualização da sociedade contemporânea e alguns dos impasses mais decisivos de nossa civilização, de cuja condução dependerá a qualidade (talvez até mesmo a viabilidade) da existência humana que certos fragmentos do futuro já nos dizem estar sob ameaça. São, pois, estas disciplinas que possibilitam não apenas conferir caráter acolhedor e inovador à escola, mas também fecundar, entre jovens, estima pelo mundo.

--

*Professora da Universidade Federal do Paraná, onde ministra aulas nos cursos de graduação em Ciências Sociais, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e no Mestrado em Rede Nacional de Sociologia. É membro do Comitê de Ensino de Sociologia da Sociedade Brasileira de Sociologia. Orienta pesquisas e realiza estudos na área de pensamento social no Brasil, em particular os temas relativos ao pensamento educacional brasileiro e ao ensino da Sociologia.



SECRETARIA GERAL

SBS - Sociedade Brasileira de Sociologia
 PUCRS - PPG em Ciências Sociais
 Avenida Ipiranga, 6681 - Partenon
 CEP: 90619-900 - Porto Alegre, RS
secretaria@sbsociologia.com.br

SIGA NAS REDES SOCIAIS



Desenvolvido por Master Tecnologia

A sociologia como um direito dos estudantes paranaenses

Compartilhe isso:



🕒 09/01/2021 às 08h44 📁 Artigo



WALTER PRAXEDES

Há quase 200 anos, desse 1824, o ainda jovem francês **Augusto Comte** passou a utilizar o termo Sociologia como o nome para a nova ciência da sociedade que pretendia fundar. Desde então, alguns dos mais estudados pensadores da humanidade fazem parte da história da sociologia. Para citar apenas alguns nomes muito conhecidos, podemos lembrar o também francês **Émile Durkheim**, os alemães **Karl Marx** e **Max Weber**, o polonês **Zigmunt Bauman**, os brasileiros **Florestan Fernandes**, **Herbert de Souza**, o Betinho, além do ex-presidente da República **Fernando Henrique Cardoso**.



A sociologia nos ensina que o mundo social é construído historicamente pelos humanos em suas relações de convivência, conflito e cooperação. Esse pressuposto ajuda a compreendermos que as formas de dominação, opressão e desigualdades entre os humanos não são naturais.

A sociologia valoriza o aprendizado do pensamento crítico que evidencia os problemas da sociedade em que vivemos, através de pesquisas baseadas em informações da realidade. Sem o acesso à abordagem crítica da realidade proporcionada pela sociologia os estudantes se tornarão vítimas de uma forma de vida social cujos problemas não são conscientemente formulados pelos seus membros. Sem pensamento crítico não é possível imaginar alternativas para os problemas da ordem social existente.

Através das aulas de sociologia os estudantes tem acesso a uma modalidade de conhecimento universal estudada em todos os continentes. A sociologia é imprescindível para a formação dos estudantes como seres humanos e como cidadãos. A sociologia pode nos proporcionar o exercício da reflexão, a empatia com os outros seres humanos, a busca do conhecimento sobre a complexidade da vida em sociedade.



Privar ou dificultar o acesso dos estudantes paranaenses do Ensino Médio aos conhecimentos proporcionados pela sociologia é uma medida deseducativa, grosseira e obscurantista do atual Governo do Estado do Paraná. É também uma injustiça irreparável e um ataque aos direitos humanos dos estudantes paranaenses.

(*) **Walter Praxedes** é sociólogo, professor do Departamento de Ciências Sociais da UEM

17:46

82%

uniaodavitoria.unespar.edu.br/

4



Universidade Estadual do Paraná

Campus de U da Vitória

ENSINO SUPERIOR PÚBLICO, GRATUITO E DE QUALIDADE



Contato | Siges | E-mail
Unespar | Pergamum | Licitação | Videoconferência | Labora
de águas | CEDH | Central de Estágios

MENU

GENERAL

NOTA EM DEFESA DA MANUTENÇÃO DA CARGA HORÁRIA DAS DISCIPLINAS DE FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E ARTES NAS ESCOLAS PÚBLICAS DA REDE DE ESTADO DO PARANÁ





NOTA EM DEFESA DA MANUTENÇÃO DA CARGA HORÁRIA DAS DISCIPLINAS DE FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E ARTES NAS ESCOLAS PÚBLICAS DA REDE DE ESTADO DO PARANÁ

O Campus de União da Vitória da UNESPAR manifesta apoio aos profissionais da educação da rede estadual do Paraná na defesa pela manutenção da carga horária atual das disciplinas de Sociologia, Filosofia e Artes. Consideramos a extrema relevância dessas áreas na formação integral das/dos estudantes para o desenvolvimento da criticidade em relação ao mundo, através do pensamento independente e inovador, para compreender e discutir os diversos temas contemporâneos. Nosso campus da UNESPAR tem a especificidade de atender cursos de licenciaturas, sendo o único a oferecer Filosofia e apresentar evidentes resultados na inserção desses licenciados no cotidiano de escolas da rede pública de Educação Básica com experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes inovadoras e interdisciplinares no processo de ensino-aprendizagem. Ofertamos, também, visando aprofundamento dos docentes na área, Mestrado Profissional em Filosofia. Assim, os cursos da UNESPAR formam, há décadas, novos professores preparados para assumir a docência e todos os desafios dessa profissão. Esse ataque fere a Universidade Pública, pois pretende sucatear, ainda mais, a formação docente dos cursos de Artes e Filosofia, existentes na UNESPAR, e compromete as condições de trabalho dos docentes dessas disciplinas.

